

Este número da Revista Saúde, Ética e Justiça, apresenta estudos que levantam questões éticas de suma relevância na prática médica diária e mesmo na prática entre não-médicos. Como exemplo, o artigo “A Percepção do Agente de Saúde quanto à Ética”, aborda a questão da privacidade da informação e do sigilo profissional – questões éticas de extrema relevância ao médico, mas, como demonstra o artigo, que ainda gera controvérsias entre os agentes comunitários de saúde.

Outro problema de importância fundamental refere-se à relação entre a epilepsia e a capacidade laborativa. O conhecimento dos principais aspectos relativos à epilepsia que possam interferir ou não com o trabalho certamente auxiliará os médicos-peritos na elaboração de seus laudos.

Discussões que também serão levantadas em artigos acerca da jurisprudência na cobrança de honorários profissionais em odontologia nos estados de São Paulo e Minas Gerais, proveniente de levantamento realizado nos tribunais destes estados, e onde são detectadas algumas falhas básicas como a “celebração de contratos com menores” e também quanto à “falta de orientação quanto a orçamentos multidisciplinares”.

Por fim, dois assuntos controversos. O primeiro deles refere-se a questionamentos acerca da percepção dos funcionários das delegacias especializadas da mulher na Paraíba quanto a alguns problemas de aplicação da Lei Maria da Penha, por conta da “dependência emocional e financeira” que algumas mulheres têm em relação ao seu agressor. O segundo deles diz respeito à questão extremamente complexa sobre a “obrigação de resultado” por parte dos cirurgiões plásticos e dos procedimentos estéticos – questão esta que gera muitas discussões tanto no meio médico quanto por parte dos juristas e que, aqui, é analisada por uma abordagem que procura demonstrar alguns equívocos cometidos por ambas as partes quando se trata de tema tão palpitante.

Boa leitura.

Carmen Sílvia Molleis Galego Miziara